



O GÊNERO DO CANDIDATO NA COMPOSIÇÃO DA ELITE POLÍTICA NO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO NO PERÍODO DE 1945 A 2007

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3786

Alexandra Lourenço, UNICENTRO

Resumo

O tema das desigualdades de oportunidades presentes na sociedade segundo o gênero tem sido muito discutido nas ciências sociais, ou seja, os papéis socialmente construídos para o masculino e o feminino ainda interferem ou mesmo condicionam as opções na estrutura de oportunidades profissionais, sejam elas no âmbito civil ou público. Na esfera da política, naturalmente o mesmo tem ocorrido, contudo, diferente das outras áreas, a política se apresenta ainda mais conservadora. Portanto, este artigo analisa a importância do gênero do candidato na composição da elite política no Poder Legislativo do estado de Mato Grosso, no período de 1945 a 2007. Procuramos discutir o grau de democratização do processo político a partir do recrutamento desta elite. O tema aqui discutido insere-se num campo de estudos que reflete sobre a participação das mulheres no espaço público.

Palavras Chave:

Mato Grosso; Mulheres;
Gênero; Política.

Introdução

A pesquisa aqui apresentada insere-se no campo da sociologia das relações de gênero e dos estudos empíricos sobre elites políticas regionais. Nesse sentido ela buscou contribuir com as discussões sobre regiões: práticas socioculturais e relações de poder. Neste estudo adotamos a definição de gênero como o sexo socialmente construído. Trata-se de um conjunto de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram, continuamente, a partir de diferenças sexuais, anátomo-fisiológicas. Portanto, segundo Joan Scott (1990), gênero é uma categoria que remete às formas simbólicas, mas é também um elemento da organização de relações de poder em instituições sociais como igreja, escola, família, nos símbolos, valores e normas transmitidos por essas instituições e nas dimensões macroestruturais da política ou microestruturais da configuração das identidades. Assim, o destaque passou a ser dado aos sistemas simbólicos implicados na rede de significados e relações de poder de todo o tecido social.

Portanto, o tema aqui proposto faz parte de um campo de estudos sobre as elites políticas no Brasil e mais precisamente sobre a participação das mulheres na composição desta. Partimos da hipótese que ao mapear a origem social das elites políticas, conhecemos as características não apenas deste grupo, mas da sociedade na qual ela está inserido e de onde foi recrutado. Desta forma, o domínio de alguns grupos profissionais, etários, por naturalidade e por gênero é indicativo de preferências sociais que, de alguma forma, ao serem a expressão dos atributos valorizados,

determinaram o recrutamento em cada contexto específico.

Procuramos também discutir o grau de democratização do processo político de Mato Grosso a partir do processo de recrutamento, considerando o percentual feminino em relação ao masculino, e comparando nossos dados com os do Paraná, Brasil, América Latina e outros países lusófonos. Considerou-se, também, na análise da estrutura de oportunidades¹, o papel dos partidos políticos.

Para realização desta pesquisa utilizamos uma parcela da bibliografia, nacional e regional, produzida sobre o tema em questão, complementada por documentos microfilmados disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Instituto de História e Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e no NDHIR: Núcleo de Documentação Histórica e Regional, com sede na Universidade Federal de Mato Grosso em Cuiabá. Todavia, as fontes principais foram fichas parlamentares e currículos dos candidatos que estão disponíveis no Instituto de História e Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e no Tribunal Regional Eleitoral Regional.

Desta forma, a pesquisa empírica enquadra-se no período de 1945 a 2007, no qual se identificaram alguns recortes históricos que foram considerados fundamentais. Observe-se que uma parcela destes recortes se refere a mudanças de regime político, mas que, entretanto, não coincidem plenamente com o sistema partidário instaurado no país. Como é de esperar, entre a mudança de regime e a instauração de um novo modelo de sistema partidário - como no caso brasileiro - é necessário algum tempo

¹ Os contextos institucionais determinam parcialmente o processo de recrutamento, constituindo-se em um dos fatores que moldam a estrutura de oportunidades. Por exemplo, em um contexto democrático no qual tenha sido

instituído uma cota para participação das mulheres na política, pode-se verificar o aumento desta, na medida em que a norma geraria um incentivo à participação feminina. Ao contrário, contextos extremamente conservadores poderão impor uma série de constrangimentos.

para que os procedimentos legais sejam acionados. Assim, temos a seguinte divisão: período da Segunda República - 1945 a 1964 (pluripartidarismo); período da ditadura militar – 1964 a 1979 (efetivamente, o pluripartidarismo somente será revogado em 1965, assim como o final do bipartidarismo somente ocorrerá em 1981, durante a 9ª legislatura iniciada em 1979); divisão de Mato Grosso em 1977; década de 80, com a redemocratização até 2007, com o final da 15ª legislatura da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

O estudo foi fundamentado nas teorias sobre elites, mais precisamente sobre o recrutamento das elites políticas, nas teorias sobre relações de gênero além de uma literatura de história regional que permitiu contextualizar o cenário político das eleições. Para operacionalizar os objetivos deste estudo foi necessário definir os conceitos que instrumentalizaram a análise empírica dos grupos políticos. Adotamos a perspectiva de que a elite política é metodologicamente identificada como o conjunto dos atores que ocuparam os principais cargos e as posições políticas na estrutura do Estado (CODATO e PERISSINOTTO, 2009), mais precisamente no Legislativo e Executivo estaduais. Estes cargos são na maioria das vezes eletivos, mas podem também ocorrer por nomeação em caso de regimes autoritários.

Partindo deste conceito, definimos o grupo de deputados/as estaduais representativo desta elite política mato-grossense. Analisamos quinze legislaturas para a Assembleia Legislativa entre 1947² e 2007, totalizando quinhentos e doze mandatos para deputado estadual, contudo, é importante salientar que estes

mandatos foram exercidos por trezentos e catorze políticos³.

Tabela 1- Distribuição das legislaturas nos três diferentes períodos políticos

Regime político	Legislaturas	Duração	Total de mandatos
Democracia	1ª a 5ª	1947-1966	290
Ditadura	6ª a 8ª	1967-1978	84
Democracia	9ª a 15ª	1979-2007	233

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Os estudos orientados por esta definição de elites demonstram que estudar e compreender o perfil da elite política, considerando tanto os aspectos de gênero, geográficos e de capital social adquirido, permite compreender a estrutura de oportunidades vigente, assim como o processo de recrutamento. Segundo essa produção, podemos considerar que, pelas características da elite, seria possível conhecer o grau de democratização do recrutamento, e este poderia ser um indicador do grau de democratização do regime político.

Neste sentido o conceito de gênero é fundamental para explicar como a diferença de status, prestígio e reconhecimento social entre homens e mulheres tem reflexo no campo político. Os papéis de gênero são construções históricas que se moldam em uma dada estrutura institucional responsável pelo processo de socialização e regulamentação da vida. Nesse contexto, Bourdieu (1998) contribuiu imensamente com essa discussão ao apontar que dentro das estruturas construídas nos diversos campos (simbólico, político, econômico, intelectual) ocorre uma disputa entre as antigas e as novas visões do mundo que atuam em, e constroem um universo

² No estudo da elite parlamentar a amostragem foi constituída a partir da Constituição Estadual de 1947, onde a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso passou a numerar as Legislaturas, de modo que a 1ª Legislatura compreende o período de 1947 a 1951.

³ Foi considerada por legislatura a totalidade de parlamentares, sem extrair o número de reeleitos. Assim o número final pode conter um mesmo parlamentar duas ou três vezes. Analisamos o perfil dos deputados presentes em 512 mandatos.

limitado de opções e possibilidades, na medida em que essas possibilidades estão inscritas e circunscritas a estrutura de cada um destes campos de ação.

Desta forma, insistir sobre o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo enfatizando o caráter relacional do conceito é uma forma de buscar problematizar as relações de dominação que tem se reproduzido na sociedade brasileira. Segundo Joan Scott,

[...] o conceito de gênero surge com a necessidade de desconstrução da oposição binária entre os sexos, numa tentativa de abrir a possibilidade de compreensão e inclusão de diferentes formas de “masculinidades” e “feminilidades” presentes na humanidade, e comumente apontados/as como um “desvio” do padrão pré-estabelecido como “normal”. Masculinidade e feminilidade passariam a ser encaradas como posições de sujeitos, não necessariamente restritas a machos e fêmeas biológicos. (SCOTT, 1990, p. 7)

Então mais precisamente podemos dizer que o problema inicial reside na questão de quem são as elites, pois, mesmo considerando que nem sempre o resultado das ações políticas condiz com a intenção dos atores políticos, ainda assim é fundamental conhecer quem são estes atores e como são escolhidos (CODATO e PERISSINOTTO, 2009). Qual é a sua base socioeconômica, sua trajetória pública, sua formação educacional, sua profissão, seu potencial de organização e de sedução perante os eleitores, quais são

as condições do processo eleitoral no qual estes atores são escolhidos, qual o potencial dos partidos políticos para representar os interesses da sociedade e de apoiar e formar os mais variados candidatos e candidatas. (NORRIS, 1997)

Portanto, uma das questões que indagamos foi justamente saber em que medida as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira após o final do regime autoritário configuraram ou não um modelo de sociedade pluralista⁴ e democrática em suas relações de gênero.

O gênero da política em Mato Grosso

O tema das desigualdades de oportunidades presentes na sociedade segundo o gênero tem sido muito discutido nas ciências sociais, ou seja, os papéis socialmente construídos para o masculino e o feminino ainda interferem ou mesmo condicionam as opções na estrutura de oportunidades profissionais, sejam elas no âmbito civil ou público. Na esfera da política, naturalmente o mesmo tem ocorrido, contudo, diferente das outras áreas⁵, a política se apresenta ainda mais conservadora.

As características naturais que os indivíduos já trazem ao nascer foram analisadas em várias obras que investigaram o tema no Brasil (LOVE, 1982; CARVALHO, 2003). Nestes estudos os pesquisadores afirmam que estas qualidades contam para o processo de recrutamento, ainda que não sejam suficientes para justificar seu ingresso na elite política. Segundo Codato “esse tipo de atributo favorece a participação dos indivíduos (ou sua escolha), ainda que não dite as regras para que tais indivíduos

⁴ Na teoria democrática contemporânea, formulada por Robert Dahl (DAHL, 1997), um princípio fundamental é a existência de vários grupos de pressão autônomos que conseguem organizar-se em associações e defender os seus diferentes interesses. Esta democracia só se pode realizar numa sociedade pluralista na qual os principais agentes sociais, tenham condição de

participarem da vida política, tanto pela pressão quanto pelo exercício dos cargos políticos.

⁵ Segundo o censo demográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano 2000, no Brasil havia aproximadamente 32% da população economicamente ativa formada por mulheres e 68%, por homens. Censo 2000, www.ibge.gov.br.

sejam efetivamente recrutados” (CODATO; GOUVÊA, 2007, p. 52). Compartilhando desta premissa, abordou-se o gênero desta elite política para questionar em que medida essa variável influenciou o recrutamento político em cada período aqui estudado.

Entre os parlamentares mato-grossenses pesquisados no período de 1947 a 2007, constatou-se que os homens foram a maioria absoluta com 97,5% das cadeiras enquanto apenas 2,5% foram ocupadas por mulheres, ou seja, apenas oito mulheres em um total de trezentos e catorze deputados estaduais na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, durante os três períodos aqui estudados. O mesmo tem sido constatado em outras unidades da Federação. Em um estudo realizado sobre a elite parlamentar no Paraná, Costa e Perissinotto (2007) constataram que o índice da participação das mulheres no Legislativo estadual era extremamente baixo, totalizando 2,4% dos parlamentares pesquisados no período de 1995 a 2002.

Na verdade, esta presença feminina no Paraná foi constatada apenas em uma das legislaturas estudadas. Segundo os autores,

[...] se analisarmos o universo global dos deputados, isto é, todos os 78 presentes na ALEP durante o período e não apenas os 41 entrevistados, veremos que a presença feminina durante as duas legislaturas analisadas (1995 a 2002) se reduz a duas mulheres. Mais sintomático ainda é o fato de que estas duas mulheres aparecem apenas na 14ª legislatura (1999-2003), uma delas chegando à ALEP como suplente. Ou seja, na 13ª legislatura (1995-1999), a ALEP era composta de 100% de homens.

(COSTA; PERISSINOTTO, 2007, p.73)

Percebemos que o mesmo panorama de frágil participação das mulheres no Poder Legislativo paranaense constatado por Costa e Perissinotto se aplica ao caso mato-grossense, sendo ainda que neste estudo sobre a elite política de Mato Grosso este dado é mais representativo por cobrir um maior número de legislaturas analisadas.

Ao comparar esta porcentagem com a média nacional e latino americana, a realidade de Mato-Grosso e do Paraná tem sua faceta conservadora acentuada, pois ambos estão abaixo da média nacional e latino-americana. A pesquisadora Mala Htun (2011), ao analisar o efeito das políticas de cotas na participação feminina na política, constatou que na América Latina e no Caribe as Câmaras de Deputados contavam, em 2001 com 15,3% de mulheres em média, constituindo-se na segunda maior média regional do mundo. Segundo a autora, três anos antes este índice era de 10%.

Em termos mundiais, as mulheres ocupam, em cifras gerais, 14% das Câmaras Baixas e 14% dos Senados de todo o mundo. Todavia, em relação aos partidos políticos, este índice sofre um decréscimo: nestes as mulheres ocupam menos de 11% de seus postos de direção⁶. A pesquisadora Gianne Boselli (2004) salienta que a participação das mulheres na vida pública vai depender do contexto social no qual estão inseridas. Também depende da cultura de seu país (ou no caso brasileiro, de cada estado enquanto uma unidade da Federação), da classe social da qual é proveniente, da religião, do grupo no qual está inserida, e de fatores que também foram salientados por Pippa

⁶ HTUN, Mala, “Mujeres y poder político en Latinoamérica”, in ABU-ZAUD, Con Gehan *et al.*, *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*, Internacional IDEA, Ed. Myrian Méndez-Montalvo, 2002, pp. 18-43 e SHVEDOVA,

Nadezhda, “Obstáculos para la participación de la mujer en el Parlamento”, in ABU-ZAUD, Con Gehan *et al.*, *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*, Internacional IDEA, Ed. Myrian Méndez-Montalvo, 2002, pp. 62-84.

Norris (1997), como o sistema eleitoral vigente no país. Políticas de cotas como observado por Htum e Norris podem constituir-se em forte estímulo à participação feminina nos cargos eletivos do poder político.

Para Boselli (2004), os partidos políticos foram os principais responsáveis pela exclusão da mulher. No caso brasileiro, a inclusão através da cota de participação ocorreu em sua forma final somente em 1998 e, segundo as analistas citadas, não tem produzido efeitos expressivos devido ao próprio sistema eleitoral do país: a falta de compromisso por parte dos partidos seria o maior empecilho ao funcionamento da medida.

Segundo a mesma autora, em 2003, ainda era possível afirmar que o Brasil se situava entre os países com menor representatividade feminina na política. A porcentagem de mulheres no Congresso era de apenas 8,7% do total das cadeiras. O mesmo se verificava nas outras casas: na Câmara dos Deputados, de quinhentos e treze membros, somente quarenta e três eram mulheres, no Senado, de oitenta e uma cadeiras, nove eram ocupadas por mulheres; nas Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais, o índice de mulheres era de somente 12,5% dos cargos de deputado estadual e 11,7% dos cargos de vereador. (BOSELLI, 2004)

Em relação aos outros países de língua portuguesa também apresentamos os menores índices de participação feminina na política (8,6%). Segundo o levantamento do IPU (Inter-Parliamentary Union) sobre a participação da mulher na política durante as eleições parlamentares ocorridas entre 1999 e 2004, constatou-se para “Lower or single House” (o parlamento) que em Moçambique 30% dos mandatos foram ocupados por

mulheres, seguido por Timor Leste com 26,1%, Portugal com 19,1%, Angola com 15,5%, Cabo Verde com 11, 1% e São Tomé e Príncipe com 9,1%. (IPU apud BOSELLI, 2004)

Portanto, quando comparamos os nossos dados sobre a participação das mulheres na Assembleia do estado de Mato Grosso no período de 1945 a 2007, no qual encontramos um índice de 2,5%, percebemos que estamos muito abaixo não apenas dos países lusófonos mas do patamar nacional que era 11, 7%, e do latino-americano que era de 15,3%. Se considerarmos que atualmente esta participação tem crescido por quase todo o mundo democrático, fica-nos a indagação do porque não observamos o mesmo em Mato Grosso.

Em Mato Grosso, no ano de 2001, foi constatada a presença de uma única mulher na Assembleia Legislativa, ou seja 2,7% de participação feminina durante a 14ª legislatura (1999-2003). Tal situação encontra paralelo no que se passou no Paraná durante a 14ª legislatura onde de sessenta e dois deputados somente dois eram mulheres (3,2%), contudo, o índice é ainda menos animador em Mato Grosso.

Tabela 2 – Participação feminina na Assembleia Legislativa de mt⁷

Legislatura ⁸	Período da legislatura	Total	Nº de mulheres por legislatura	% da participação feminina
4ª	1959-63	40	1	2,5
9ª	1979-83	27	1	3,70
11ª	1987-91	32	1	3,12
12ª	1991-95	37	2	5,40
13ª	1995-99	30	2	6,66
14ª	1999-03	37	1	2,70
15ª	2003-07	37	2	5,40

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

A participação feminina ao longo

Grosso e dos currículos enviados pelos familiares dos pesquisados.

⁸ As legislaturas ausentes na tabela se deve à inexistência de mulheres eleitas.

⁷ Todos os gráficos e as tabelas foram construídos pela pesquisadora a partir das fichas parlamentares disponíveis no Instituto de Memória da Assembleia Legislativa de Mato

das sete legislaturas foi muito inferior à masculina. Não obstante, representou o início da presença do gênero feminino nos cargos eletivos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Na legislatura de 1958 encontramos a primeira deputada estadual de Mato Grosso, eleita pela União Democrática Nacional, natural de Corumbá, antigo Mato Grosso anterior a divisão. Ela havia iniciado sua carreira pública quatro anos antes como vereadora em Campo Grande. É importante lembrar que neste período o sul de Mato Grosso, representado em especial por Campo Grande, crescia vertiginosamente em número de cadeiras na Assembleia Legislativa.

Na legislatura de 1979 encontrou-se a segunda deputada, sendo esta natural de Várzea Grande ao lado da capital Cuiabá e, portanto, procedente de uma região tradicionalmente importante para o recrutamento político. A terceira presença feminina na Assembleia Legislativa de Mato Grosso surgiu na 11ª legislatura que teve início em 1987. Esta deputada foi prefeita do município de Tangará da Serra e, posteriormente, eleita deputada estadual. O local de recrutamento desta eleita faz parte das novas regiões⁹ dentro de estado.

Além do local de recrutamento, também foi mapeada a naturalidade¹⁰ destas deputadas e constatou-se que, ainda diferentemente do que ocorreu para as duas primeiras eleitas, a maioria dos mandatos foi ocupada por não naturais de Mato Grosso, sendo que somente 44%

dos mandatos foram ocupados por naturais do estado. Estes dados acompanharam a tendência geral do Poder Legislativo que foi a partir da década de setenta aumentar rápida e substancialmente o número de deputados não naturais de Mato Grosso.

Gráfico 1 – Naturalidade das deputadas estaduais de Mato Grosso



Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

O crescimento da participação feminina no Legislativo de Mato Grosso foi tímido e moroso. Na 13ª legislatura, ocorreu a eleição de duas deputadas estaduais na mesma legislatura, significando 6,66% dos eleitos. Na 14ª legislatura, como demonstrado na tabela 2, ocorreu a eleição de apenas uma deputada, representando 2,7% do total de eleitos. Na 15ª legislatura, observou-se um leve crescimento da porcentagem com a eleição de duas mulheres para a Assembleia Legislativa, perfazendo um total de 5,40% do total de 37 eleitos.

O mesmo tímido, porém, importante crescimento pode ser observado sobre o Legislativo federal. No estudo de Leôncio Martins Rodrigues (2002) sobre a composição social dos membros do Legislativo nas últimas três

⁹ A alteração na elite política mato-grossense ocorrerá como consequência natural da formação de novos contingentes populacionais e desenvolvimento econômico de outras áreas do estado que até então se encontravam pouco colonizadas. O crescimento econômico do norte e noroeste do estado levarão à formação de uma nova elite, entre as décadas de setenta e noventa, ligadas à soja, às madeiras, à mineração e à pecuária. A antiga disputa entre as regiões sul e norte do estado de Mato Grosso antes da divisão, que caracterizou a política regional até aos anos setenta, representada pelas cidades de Cuiabá e

Campo Grande, agora pós-divisão, se deslocará para Cuiabá, como representante do sul, contra as novas áreas de desenvolvimento econômico predominantemente concentradas no norte.

¹⁰ Optou-se por analisar alguns dados do perfil sociológico das deputadas estaduais não apenas na amostragem geral, mas também separadamente, possibilitando melhor compreensão sobre quem eram as mulheres que formaram este pequeno grupo, e quais atributos possuíam que lhes favoreceram no processo de recrutamento para a elite política mato-grossense.

eleições (1990, 1994 e 1998), o autor não trabalhou de forma aprofundada a categoria gênero, mas forneceu informações sobre algumas eleições. Segundo ele, na eleição de 1998 para a Câmara dos Deputados foram eleitas vinte e nove mulheres. Em 1986, de cento e sessenta e seis mulheres que se candidataram, vinte e seis foram eleitas (15,66%), e em 1978, de cinquenta e oito que se candidataram, oito foram eleitas (13,79%). Segundo o autor até no Senado, que é mais fechado e conservador, esta participação tem crescido.

No âmbito internacional, o mesmo ocorreu em Portugal. Em um estudo sobre a participação feminina entre os eleitos para as autarquias no período de 1982 a 1997 constatou-se que esta tem sofrido um crescimento constante.

Em 1982 só 5,1% dos autarcas eram mulheres, sendo que em 1989 se registou um aumento das eleitas na ordem de 2% neste universo. Com a eleição de 1993 o aumento das eleitas não foi tão acentuado, traduzindo-se apenas em 0,7%. E comparando os valores percentuais da participação feminina no poder autárquico, conclui-se que, de 1982 para 1997 ocorreu uma duplicação daqueles valores, situando-se atualmente o peso relativo das autarcas em 10,4% do conjunto do n° total de eleitos. (STAPE, 2001, p. 53).

Com ainda pequena participação, observou-se que a maioria das deputadas que conquistaram espaço no Poder Legislativo de Mato Grosso possuía uma situação familiar que as favoreceu, sendo estas muitas vezes casadas com deputados estaduais já experientes na vida política no estado, ou líderes partidários. Ou seja, das

oito deputadas estaduais¹¹, cinco pertenciam a famílias com influência na vida política e na economia em Mato Grosso. Duas candidatas eleitas apontam para outro processo de recrutamento, já que ambas aparentemente não eram de família com inserção na política ou na economia mato-grossenses.

Concluindo, gostaríamos de resumir alguns dados que nos permitam avaliar qual foi o perfil ideológico predominante na elite política mato-grossense no que diz respeito à filiação partidária. Na tabela 3, aglomeramos os partidos políticos brasileiros que estiveram representados na Assembleia Legislativa de Mato Grosso da 1ª à 15ª legislaturas e os classificamos em direita, centro e esquerda. Utilizamos o debate nacional¹² sobre a ideologia e a prática dos partidos políticos para construir este enquadramento.

Quando lançamos um olhar sobre a experiência democrática no Brasil, facilita a compreensão da pouca expressão da esquerda em Mato Grosso. Em nossa história política “tivemos” longos períodos de oligarquia, coronelismo e ditaduras. O período da 1ª a 5ª legislatura ocorreu após a ditadura de Getúlio Vargas e teve por este a fundação de dois (PDS e PTB) dos três partidos políticos que dominarão a arena democrática do primeiro período estudado nesta pesquisa. A seguir, tivemos o período de ditadura militar no qual não havia espaço para a construção de uma efetiva esquerda, mas com a redemocratização assistimos lentamente ao seu crescimento.

¹¹ Foram dez mandatos desempenhados por mulheres, entretanto uma deputada foi duas vezes reeleita, assim temos apenas oito deputadas e oito biografias.

¹² Com base na literatura nacional especializada foi realizada a classificação. Sobre o tema conferir

os estudos de KINZO, M. D. O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). De Geisel a Collor: o balanço da transição, São Paulo, IDESP/Sumaré, 1990; RODRIGUES, L. M., 2002.

Tabela 3 - Filiação partidária dos deputados estaduais de MT de 1947 a 2007

Legislativas	Direita		Centro		Esquerda	
	Partidos	%	Partidos	%	Partidos	%
1ª a 5ª	UDN 42% PDS 38%	80%	PTB 15%	15%	PCB 1% PSP 4%	5%
6ª a 8ª	Aren a 80%	80%	MDB 20%	20%	----- -	0%
9ª	Aren a 74%	50%	MDB 26%	35%	----- -	15%
10ª	PDS (antiga Aren a) 63%		MDB 37%		----- -	
11ª	PFL, PL, PDS 44%		PMD B 50%		PD T 6%	
12ª	PDS, PFL, PL, PRN, PDC 74%		PMD B 15%		PD T 11%	
13ª	PFL, PL, PPR 36%		PMD B 21%		PD T, PM N 43%	
14ª	PL, PFL, PPB, PTB 35%	PMD B, PSDB 51%	PT, PPS, PSB 14%			
15ª	PL, PFL, PPB, PTB 25%	PMD B, PSDB 42%	PT, PPS, PSB PM N 33%			
Total (1ª a 15ª)		70%		23%		7%

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Todavia, neste estudo, constatou-se que a elite política mato-grossense foi predominantemente de direita ou de centro em todo o período estudado. No primeiro período democrático, 80% da elite pertencia a partidos ideologicamente identificados com a direita e 15% com o centro. Sendo

assim, a diferença entre este período e a ditadura que se seguiu com 100% dos deputados estaduais nos partidos de direita e do centro (somente existiam estas possibilidades) é mínima, apenas 5% destes entre a 1ª a 5ª pertenciam a partidos políticos ideologicamente identificados com a esquerda. Ainda no período da redemocratização, que seguiu a ditadura militar, não ocorreu em Mato Grosso grande expansão das cadeiras preenchidas por partidos de esquerda. Entre a 9ª e a 15ª legislatura somente 15% dos deputados estaduais estavam filiados a estes partidos.

Em termos institucionais do processo democrático eleitoral, os partidos são atores centrais, em especial no caso brasileiro, onde não se permitia candidatura sem vinculação partidária. Todavia, em nosso estudo constatamos uma fraca participação dos partidos de esquerda na história do legislativo estadual. Esse pode ser mais um aspecto na explicação da fraca participação feminina, afinal já foi largamente discutido pela literatura especializada o fato de haver maior abertura para a participação das mulheres em partidos de esquerda.

Considerações Finais

Durante a execução deste trabalho, duas questões delimitaram o caminho percorrido. A primeira foi conhecer e discutir o perfil da elite mato-grossense, deputados estaduais, no período de 1945 a 2007 sob a perspectiva do gênero dos selecionados. A segunda foi diagnosticar o processo de recrutamento privilegiado no decorrer das mudanças dos regimes políticos no Brasil. Ao analisar o gênero dos/as selecionados/as para exercerem os mandatos do Poder Legislativo permite identificar e discutir a estrutura de oportunidades presente no processo de recrutamento da elite pesquisada.

Ao questionarmos o grau de democratização do recrutamento político ocorrido em Mato Grosso, é necessário levar em consideração que este estudo contemplou um período de

aproximadamente vinte e cinco anos de ditadura militar, no qual o próprio regime político vigente tendia a regular de forma conservadora o recrutamento político. Porém, não se pode ignorar que, comparado com os índices nacionais, se apresentou aqui uma elite política extremamente conservadora em relação ao gênero do recrutado. O índice da participação das mulheres na Assembleia Legislativa (Parlamento), foi muito inferior ao nacional.

Sobre a relação gênero e pertença social do recrutado, Costa e Perissinotto afirmaram que, no Paraná, ocorreu o retrato fiel daquilo que tem sido considerado uma tendência nacional, na qual “o senso sociológico aponta sempre para o fato de que, no Brasil, as posições de classe média e os recursos sociais que usualmente lhes correspondem (renda razoavelmente elevada e alta escolaridade) estão concentrados nos homens” (COSTA; PERISSINOTTO, 2007, p. 83). Desta forma, tanto para o caso do Paraná como de Mato Grosso, a participação feminina na elite política reproduziu esta tendência da sociedade brasileira. A sua participação apresentou insignificante porcentagem se comparada com o gênero masculino.

A conclusão é que o recrutamento em Mato Grosso tem operado por um caminho relativamente estreito, ou seja, entrar para o clube da elite significa, entre outros fatores, pertencer ao grupo social privilegiado e possuir o gênero “certo”. Então o que se vê é a existência de um longo caminho a percorrer para construir um processo político mais democrático nesta unidade da Federação.

Referências

BOSELLI, G. No poder e sem violência: dois desafios da inclusão feminina neste século, texto apresentado no **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, CES, Set. 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel12/GianeBoselli.pdf>> acessado em: 5 de agosto de 2012.

- COSTA, L. D.; PERISSINOTTO, R. M. O perfil dos parlamentares paranaenses: gênero, religião e classe (1995-2002). In: PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs.). **Quem Governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba, Editora UFPR, 2007, pp. 69-92.
- BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2º ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo, Edusp, 1997.
- HTUN, M. A política de cotas na América Latina. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 9, n.1, 2001, p. 225-230.
- HTUN, M. Mujeres y poder político en Latinoamérica. In: ABU-ZAUD, Con Gehan *et al.* **Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números**. Internacional IDEA, Ed. Myrian Méndez-Montalvo, 2002, p. 18-43.
- KINZO, M. D. O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**, São Paulo, IDESP/Sumaré, 1990
- LOVE, J. **A Locomotiva**. São Paulo na Federação. 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano 2000. Disponível em <www.ibge.gov.br>.
- MADEIRA, R. **Arena ou Arenas?**. Porto Alegre, 2002, dissertação de Mestrado em Ciência Política da UFRGS.
- NORRIS, P. **Passages to Power**. Legislative Recruitment in Advanced Democracies. Cambridge, CUP, 1997.
- RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados. São Paulo, EDUSP, 2002.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, 16 (2):5-22, jul/dez, 1990.
- SHVEDOVA, N. Obstáculos para la participación de la mujer en el Parlamento, in ABU-ZAUD, Con Gehan *et al.* **Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números**. Internacional IDEA, Ed. Myrian Méndez-Montalvo, 2002, p. 62-84.
- STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para Processo Eleitoral), **Caracterização das mulheres eleitas: Autarquias Locais 1997**, out. 2001.